



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA**

TOMADA DE CONTAS ANUAL

TIPO DE AUDITORIA : Auditoria de Gestão
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO : 00012.000343/2009-81
UNIDADE AUDITADA : Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.
CÓDIGO UG : 110197
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO Nº : 18/2009

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 18/2009, e consoante o estabelecido na Seção I, Capítulo II da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames efetivados na gestão da Unidade/Entidade.

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Os trabalhos foram realizados na sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, em Brasília-DF, no período de 23 a 27/3/2009, por meio de testes, análises e consolidações de informações efetuadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Os esclarecimentos/informações da Unidade/Entidade, em resposta aos fatos apontados na Solicitação de Auditoria de Encerramento, de 27/3/2009, foram analisados e estão contemplados nos Anexos I - “Demonstrativo de Constatações” e II - “Demonstrativo de Informações” a este Relatório. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os pontos listados nos Anexos I e II foram elaborados a partir das ações de controle realizadas durante o exercício e exame do processo de contas apresentado pelo CENSIPAM.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-57/2008 e pela DN-TCU-94/2008, Anexo VI, alterada pela DN-TCU nº 97/2009, com excessão ao informado no item 5.15 deste Relatório

DOCS/0901054



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - PALÁCIO DO PLANALTO - ANEXO III-B, SALA 217 - BRASÍLIA-DF - CEP: 70.150-900
TEL.: (0XX61) 3411-2681, 3411-2682 - FAX: (0XX61) 3321-0755 - E-MAIL: CISETPR@PLANALTO.GOV.BR

(Assinaturas manuscritas)

5. De acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-94/2008, alterada pela DN-TCU nº 97/2009, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes considerações:

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO, EM ESPECIAL QUANTO À EFICÁCIA E EFICIÊNCIA NO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS PLANEJADOS E/OU PACTUADOS:

Quanto ao cumprimento dos objetivos e metas traçadas, podemos considerar que o CENSIPAM obteve desempenho satisfatório. Todavia, em relação às metas físicas a serem alcançadas, ficou demonstrado, em alguns casos, o seu subdimensionamento, conforme detalhado no Anexo II - "Demonstrativo de Informações".

5.2 AVALIAÇÃO SOBRE A QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO, BEM COMO DOS CONTROLES INTERNOS IMPLEMENTADOS PELO GESTOR PARA EVITAR OU MINIMIZAR OS RISCOS:

Os controles instituídos pelo CENSIPAM, para o atingimento das metas programadas, podem ser considerados satisfatórios, porém, todos os 3 indicadores apresentados no relatório de gestão do Órgão medem eficácia, não existindo do tipo eficiência e/ou efetividade, conforme detalhado no Anexo II - "Demonstrativo de Informações".

5.3 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES:

O CENSIPAM firmou apenas um convênio no exercício de 2008, nº 08-169-00, com transferência do montante de R\$ 2.170.000,00 à Fundação Ricardo Franco e não foram observadas impropriedades na execução do objeto conveniado.

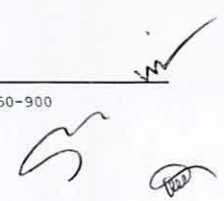
5.4 AVALIAÇÃO DA REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS:

Durante o exercício de 2008, foram realizados 33 processos de licitação na modalidade Pregão, totalizando R\$ 5.615.765,54. Também foram realizadas 148 dispensas de licitação, no valor de R\$ 1.520.743,69 e 8 inexigibilidades, no valor de R\$ 654.044,20.

Os processos analisados foram selecionados observando o critério de materialidade, e representaram cerca de 15% do total das licitações, dispensas e inexigibilidades. Dos processos analisados, não verificamos impropriedades na condução dos mesmos, exceto quanto a apropriação indevida de BDI aos custos do curso de capacitação do Processo nº 00012.001172/2008-27, conforme detalhado no Anexo I – Demonstrativo das Constatações.

5.5 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS:

O CENSIPAM conta com uma força de trabalho de 304 colaboradores na sede e nos centros regionais em 31/12/2008, distribuídos conforme demonstrado no quadro abaixo:



REGIÃO	2007		TOTAL 2007	2008		TOTAL 2008
	SERVIDOR	CONTRATADO		SERVIDOR	CONTRATADO	
BELEM	23	37	60	34	33	67
BRASILIA	75	32	107	84	20	104
MANAUS	46	42	88	46	32	78
PORTO VELHO	27	29	56	32	23	55
TOTAL	171	140	311	196	108	304

Ocorreram em 2008, 7 admissões e 47 requisições de servidores. A política de remuneração adotada pelo CENSIPAM, segue àquela praticada pelos órgãos da Presidência da República. Em relação a aposentadorias e pensões, não existem tais concessões, visto que todos os servidores em exercício são requisitados ou contratados junto à iniciativa privada.

5.6 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TCU:

Durante o exercício de 2008, o Tribunal de Contas da União emitiu ao CENSIPAM, os Acórdãos Nº 294/2008-TCU-Plenário e Nº 3581/2008-TCU-2ª Câmara. Verificamos que todas as recomendações/determinações exaradas nos respectivos acórdãos foram respondidas e encaminhadas ao TCU para análise e se encontram detalhadas no Anexo II - "Demonstrativo de Informações".

5.7 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS FIRMADOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS:

O CENSIPAM não celebrou, durante o exercício de 2008, acordos de empréstimo e/ou cooperação técnica com organismos internacionais.

5.8 AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS:

Os dispêndios com diárias do pessoal civil, totalizaram R\$ 708.423,81, conforme registrado no SIAFI, a seguir detalhado:

Diárias no país	653.652,46
Diárias no exterior	33.929,30
Diárias a colaboradores eventuais no país	20.842,05
TOTAL	708.423,81

Foram selecionados para análise, 14 processos, totalizando R\$ 21.359,69. Os valores correspondem a R\$ 6.997,73 de diárias no país, R\$ 14.209,47 de diárias no exterior e R\$ 152,49 de diárias com colaboradores eventuais.

Verificamos que o CENSIPAM realizou as despesas de acordo com as disposições do § 2º do art. 5º do Decreto nº 5.992/2006, e, em atendimento ao Decreto nº 6.258, de 19/11/2007.

Informamos também que o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, está implantado e em execução para concessão de diárias e passagens.



5.9 AVALIAÇÃO DA REGULARIDADE DA UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO:

Os dispêndios com cartão de crédito corporativo atingiram a cifra de R\$ 53.556,71.

Foram selecionados para análise, processos de prestação de contas, com o critério de materialidade para cada suprido em relação ao total das despesas efetuadas.

Não foram identificados gastos impróprios ou irregulares, sendo que os saques diretos tiveram que ser realizados na sua maioria em razão das dificuldades encontradas para utilizar o cartão junto aos estabelecimentos comerciais que não dispõem de equipamento para realizar a transação.

5.10 FALHAS E IRREGULARIDADES CONSTATADAS QUE NÃO RESULTARAM EM DANO OU PREJUÍZO:

As impropriedades que compõem o quadro abaixo, não resultaram em dano ou prejuízo e encontram-se detalhadamente analisadas no Anexo I - "Demonstrativo de Constatações":

Nº da Constatação	Constatação	Responsável Potencial	CPF
1	Impropriedades no Processo de Inexigibilidade nº 00012.001172/2008-27	Marcelo de Carvalho Lopes	592.612.500-68

5.13 IRREGULARIDADES QUE RESULTARAM EM DANO OU PREJUÍZO:

O resultado dos exames realizados não indicou situações que configurassem irregularidades.

5.14 AVALIAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE AS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELOS RESPONSÁVEIS SOBRE AS IRREGULARIDADES QUE FOREM APONTADAS:

O resultado dos exames realizados não indicou situações que configurassem irregularidades.

5.15 OPINIÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO QUANTO À CONFORMIDADE DE CONTEÚDOS APRESENTADOS NAS PEÇAS DO PROCESSO DE CONTAS:

O processo de Tomada/Prestação de Contas da Unidade/Entidade, foi organizado e apresentado nos termos da Instrução Normativa nº 57, de 27 de agosto de 2008, e de acordo com o art. 4º da Decisão Normativa TCU n.º 94, de 3 de dezembro de 2008, exceto quanto aos seguintes itens:



Título	Situação
Rol de responsáveis	- Não foi utilizado o documento impresso diretamente do próprio SIAFI.
Item 2.4 - Desempenho operacional constante do Relatório de Gestão	- Todos os 3 indicadores apresentados no relatório de gestão do Órgão são indicadores de eficácia, não existindo indicadores do tipo eficiência ou efetividade, impossibilitando a tomada de decisões por meio dos indicadores apresentados.
Item 4. Restos a pagar constante do Relatório de Gestão	- Os dados sobre RP's Processados, ou sobre a sua inexistência, não foram divulgados. (FLS 43 e 79 do processo de contas).

III – RECOMENDAÇÕES

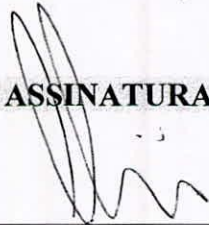
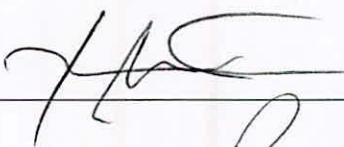
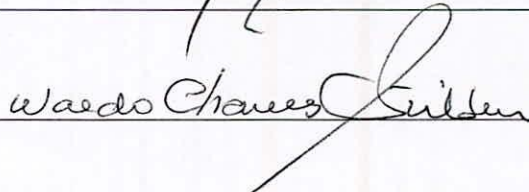
Diante do que foi apurado no curso dos trabalhos, apresentamos a seguinte recomendação para subsidiar a regularização das questões consignadas no Anexo I - “Demonstrativo de Constatações”:

Nº da Constatação	Recomendação
1	Efetuar o recolhimento do valor de R\$ 3.944,16, haja vista a apropriação indevida de BDI no custo de curso de capacitação.

IV – CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo “Demonstrativo das Constatações” deste Relatório.

Brasília, 10 de junho de 2009.

NOME	CARGO	ASSINATURA
Cláudio Hicks de Lima Vieira	AFC	
Francisco Moreira da Silva	AFC	
Waldo Chaves Stilben	AFC	



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA**

**ANEXO I AO RELATÓRIO Nº 18/2009
DEMONSTRATIVO DAS CONSTATAÇÕES**

A seguir estão relacionados os pontos correspondentes aos itens do Relatório de Auditoria que merecem comentários:

Constatação 1: Impropropriedades no Processo de Inexigibilidade nº 00012.001172/2008-27:

As impropriedades listadas abaixo são decorrentes da análise efetuada no Processo de Inexigibilidade nº 00012.001172/2008-27, que trata da contratação do Curso de Capacitação da Equipe de Manutenção de Sensores em Equipamentos da Estação Meteorológica de Superfície.

- a) Inclusão indevida do percentual de 20% de BDI na planilha de custos, que resultou na elevação do valor referente ao Curso para Manutenção da Estação Meteorológica – MAWS A1 – SIVAN;
- b) Apropriação do valor de diária fora dos parâmetros previstos no contrato e com incidência de BDI;
- c) Valores das diárias utilizadas pela empresa em desacordo com as fixadas pelo Governo Federal, conforme previsto no contrato; e
- d) Incidência indevida de 20% de BDI sobre impostos.

A inclusão de BDI como custo para o Curso de Capacitação da Equipe de Manutenção de Sensores em Equipamentos da Estação Meteorológica de Superfície, foi indevida haja vista que sua incidência se restringe a obras de engenharia.

Destacamos também, conforme quadro abaixo, a inserção de impostos como componente de custos, em percentuais incompatíveis com os vigentes para o município de realização do evento:

IMPOSTO	APROPRIADO		RECOLHIDO		DIFERENÇA R\$
	%	VALOR	%	VALOR	
PIS	1,65	262,31	0,65	118,11	144,20
COFINS	7,65	1.216,17	3,00	545,13	671,04
SOMA	9,30	1.478,48	3,65	663,24	815,24

As ocorrências relacionadas correspondem a um prejuízo quantificado da ordem de R\$ 3.944,16, decorrente de R\$ 2.649,60 (custo + 20% de BDI), de R\$ 25,00 (5 diárias de engenheiro apropriadas a maior), de R\$ 454,32 (20% de BDI sobre diárias do engenheiro) e de R\$ 815,24 (impostos calculados a maior).



1.1. Justificativa da Unidade:

“A equipe que tratou da referida contratação, apesar de ter tomado todos os cuidados quanto às exigências legais para se caracterizar a situação de Inexigibilidade de Licitação, por lapso, deixou de questionar a Empresa Sociedade Consignatária HOBECO quanto aos itens apontados pela douta Equipe de Auditoria, quais sejam: inclusão de BDI na planilha em objeto diverso de obra de engenharia, a inclusão de diárias fora dos parâmetros da tabela de diárias da empresa e a inclusão de BDI sobre a diária, bem como o pagamento de diária em discordância com os valores pagos aos servidores do Governo Federal.

Para sanar tais impropriedades, o CENSIPAM enviará correspondência à referida empresa com vistas ao ressarcimento dos valores porventura pagos a mais, tão logo efetuarmos os cálculos dos valores a serem ressarcidos. Tão logo seja providenciado o ressarcimento em questão comunicaremos à Ciset.”

1.2. Análise da Equipe de Auditoria

O CENSIPAM apresentou manifestação sobre a inclusão de BDI na planilha de custos em objeto diverso de obra de engenharia, a inclusão de diárias fora dos parâmetros da tabela de diárias da empresa e a inclusão de BDI sobre a diária, bem como o pagamento de diária em discordância com os valores pagos aos servidores do Governo Federal e que está tomando providências no sentido de sanar tais impropriedades, mediante ressarcimento dos valores porventura pagos indevidamente.

1.3. Recomendação

Efetuar o recolhimento do valor de R\$ 3.944,16, haja vista a apropriação indevida de BDI no custo do curso de capacitação.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA**

**ANEXO II AO RELATÓRIO Nº 18/2009
DEMONSTRATIVO DAS INFORMAÇÕES**

A seguir estão relacionados os pontos correspondentes aos itens do Relatório de Auditoria que merecem comentários:

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO, EM ESPECIAL QUANTO À EFICÁCIA E EFICIÊNCIA NO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS PLANEJADOS E/OU PACTUADOS:

Os registros constantes do SIGPLAN relativamente à Execução Físico-Financeira por Ação, demonstram os seguintes resultados alcançados pelo CENSIPAM:

DESEMPENHO FÍSICO

PREV. INICIAL	PREV. CORRIG. (A)	REALIZADO (B)	% EXECUÇÃO (B)/(A).100
4091 – Capacitação de Recursos Humanos			
Produto: Servidor Capacitado		Unidade de Medida: Unidade	
150	150	775	516,67
20AY – Evolução dos Sistemas de Telecomunicações, tecnologia da Informação e Base de Dados			
Produto: Sistema Modernizado		Unidade de Medida: Unidade	
1.	1	1	100,00
2272 – Gestão e Administração do Programa			
Produto: Não definido		Unidade de Medida: Não definida	
-	-	-	-
114H – Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia			
Produto: Sistema Implantado		Unidade de Medida: Não definida	
11	11	9,579	87,08
6808 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência			
Produto: Estudo Concluído		Unidade de Medida: Unidade	
21	21	187	890,48
8110 – Sensoriamento Remoto			
Produto: Área Monitorada		Unidade de Medida: km ²	
2.097.959,00	2.097.959,00	3.095.007,26	147,52

DOCS/0901054



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - PALÁCIO DO PLANALTO - ANEXO III-B, SALA 217 - BRASÍLIA-DF - CEP: 70.150-900
TEL.: (0XX61) 3411-2681, 3411-2682 - FAX: (0XX61) 3321-0755 - E-MAIL: CISSETPR@PLANALTO.GOV.BR



DESEMPENHO FINANCEIRO

PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA (A)	EMPENHADO	REALIZADO (B)	PAGO	% EXECUÇÃO (B)/(A).100
4091 – Capacitação de Recursos Humanos					
Produto: Servidor Capacitado			Unidade de Medida: R\$ 0,00		
996.707	996.707	686.207	686.207	649.612	68,85
20AY – Evolução dos Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Base de Dados					
Produto: Sistema Modernizado			Unidade de Medida: R\$ 0,00		
13.958.173	13.958.173	13.686.718	13.686.717	4.670.351	98,06
2272 – Gestão e Administração do Programa					
Produto: Não definido			Unidade de Medida: R\$ 0,00		
13.384.180	14.384.180	13.367.140	13.358.728	10.769.811	92,87
114H – Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia					
Produto: Sistema Implantado			Unidade de Medida: R\$ 0,00		
40.000.616	70.000.615	70.001.216	70.001.212	32.982.001	100,00
6808 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência					
Produto: Estudo Concluído			Unidade de Medida: R\$ 0,00		
6.744.756	5.744.754	5.577.250	5.577.250	1.749.181	97,08
8110 – Sensoriamento Remoto					
Produto: Área Monitorada			Unidade de Medida: R\$ 0,00		
4.973.300	3.226.301	2.799.730	2.799.730	979.225	86,78

Pelos registros acima, verificamos que os indicadores físicos dos Programas 4091 – Capacitação de Recursos Humanos e 6808 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência, não foram dimensionados adequadamente, resultando em uma significativa variação entre o previsto e o realizado.

5.3 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES:

O CENSIPAM celebrou em 2008 o Convênio nº 08-169-00, onde constam os seguintes termos:

PARTÍCIPES:

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, o Comando do Exército, por intermédio do Centro Tecnológico do Exército, e a Fundação Ricardo Franco.

OBJETIVO:

Introdução de aperfeiçoamentos técnicos no Projeto Radar de Defesa Antiaérea de Baixa Altura SABER M60, com o objetivo de torná-lo mais adequado ao emprego na região amazônica, contemplando o desenvolvimento de novos programas computacionais e dispositivos para operação em estações fixas ou móveis em ambiente da selva, com a integração ao Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e ao Quarto Centro Integrado de Defesa Aeroespacial e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA-4); e a conseqüente construção de um ou mais exemplares do radar com os aperfeiçoamentos introduzidos.



RECURSOS FINANCEIROS:

O CENSIPAM repassará à FRF o valor de \$ 2.600.000,00, dependendo da disponibilidade financeira.

- Os partícipes estabelecem o valor de R\$ 122.000,00 para fazer face às despesas operacionais e administrativas de caráter indivisível.
- O CTEx obriga-se a apresentar, em nome da FRF, contrapartida na forma não financeira no valor de R\$ 400.000,00, a ser demonstrada através de despesas com vencimentos e vantagens fixas (pessoal civil e militar) e respectivos encargos, bem como a contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica).

VIGÊNCIA:

24 meses contados a partir da data de sua publicação no DOU.

DATA DE ASSINATURA: 17/12/2008

PUBLICAÇÃO NO DOU: 22/12/2008

Os repasses realizados até o encerramento do exercício totalizaram R\$ 2.170.000,00, divididos em duas parcelas:

30/12/2008 – 2008OB902131 => R\$ 583.721,60

30/12/2008 – 2008OB902132 => R\$ 1.586.278,40

5.5 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS:

O CENSIPAM, não apresentou o quadro contendo a força de trabalho no Relatório de Gestão. Em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 01/2009, foi informada a seguinte situação:

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007

FUNÇÃO	GABINETE	DIRAF	DITEC	CTO/BE	CTO/MN	CTO/PV	VAGOS	BLOQ	TOTAL
DAS 101.6	1	-	-	-	-	-	-	-	1
DAS 101.5	-	1	1	-	-	-	1	-	3
DAS 101.4	2	-	-	1	1	1	-	-	5
DAS 102.4	1	2	2	-	-	-	-	1	6
DAS 102.3	6	4	1	1	6	1	-	-	19
DAS 102.2	-	1	-	-	-	-	-	-	1
DAS 102.1	2	1	1	1	5	2	2	2	16
GTS-1	1	8	2	5	7	9	2	6	40
GTS-2	4	4	5	4	9	5	2	2	35
GTS-3	4	1	3	-	2	3	2	-	15
RMP-B	-	-	3	-	4	-	-	-	7
RMP-C	1	-	1	-	1	1	3	-	7
RMP-D	-	-	-	1	-	-	3	1	5
RMP-E	-	-	-	1	-	-	4	-	5
GR-I	-	1	1	6	3	5	25	9	50
GR-II	-	2	-	-	-	-	-	1	3
GR-III	1	1	-	1	4	-	-	1	8
GR-IV	-	1	2	1	4	-	-	-	8
GR-V	-	2	1	1	-	-	1	1	6
TOTAL	23	29	23	23	46	27	45	24	240

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2008

FUNÇÃO	GABINETE	DIRAF	DITEC	DIPRO	CR/BE	CR/MN	CR/PV	VAGOS	BLOQ	TOTAL
DAS 101.6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
DAS 101.5	-	1	1	1	-	-	-	-	-	3
DAS 101.4	2	2	1	1	1	1	1	1	-	10
DAS 102.4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
DAS 101.3	-	3	1	2	-	5	-	-	-	11
DAS 102.3	4	1	-	-	1	1	1	-	-	8
DAS 102.2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
DAS 102.1	1	1	-	2	2	8	2	-	-	16
GTS-1	2	10	4	1	8	6	7	2	-	40
GTS-2	5	5	2	-	5	7	6	1	4	35
GTS-3	2	3	2	-	2	1	3	1	1	15
RMP-B	-	-	2	-	-	4	1	-	-	7
RMP-C	1	-	1	-	1	1	1	-	2	7
RMP-D	-	-	-	-	1	-	-	1	3	5
RMP-E	-	-	1	-	-	-	-	-	4	5
GR-I	-	7	1	-	10	5	10	3	14	50
GR-II	-	1	-	-	-	-	-	-	2	3
GR-III	-	1	-	-	1	3	-	-	3	8
GR-IV	-	1	1	-	1	4	-	-	1	8
GR-V	-	3	1	-	1	-	-	-	1	6
TOTAL	19	40	18	7	34	46	32	9	35	240

5.6 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TCU:

Acórdão n.º 3581/2008 – TCU – 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, relativamente ao processo de contas, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, fazer as seguintes determinações, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.465/2007-5 (TOMADA DE CONTAS)

1.1. Classe de Assunto: II

1.2. Responsáveis: Everton Francisco Costa (258.095.551-87); Rogério Guedes Soares (554.988.250-72); Roberto Rodriguez Suarez (494.581.327-20); Joao Bosco Garcia (146.818.701-53); Stella Maris da Mota Casqueiro (179.293.501-34); Adalto José Fernandes (182.648.911-87); Maria da Glória Ribeiro dos Santos e Costa (017.998.357-15); Francisco José Pereira da Silva (395.701.503-00); Rosaura Conceição Haddad (185.659.051-87); Marcelo de Carvalho Lopes (592.612.500-68)

1.3. Entidade: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM

1.4. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Exercício: 2006

1.7. Julgar as contas Regulares com ressalvas, considerando que evidenciam impropriedades de natureza formal, abaixo apontadas:

1.7.1. Não-aplicação dos indicadores ou parâmetros de gestão de qualidade e produtividade adequadamente formulados com as características elencadas no item 3. do Anexo II da DN 81/2006;

[Handwritten signatures]

1.7.2. Contratação de serviços diretamente, por inexigibilidade de licitação, quando não estavam presentes os requisitos apresentados no art. 25 da Lei n.º 8.666/93;

1.7.3. Ausência da prestação de serviços (recarga dos extintores de incêndio) mesmo com o pagamento já tendo sido efetuado;

1.7.4. Impropropriedades na documentação de diárias e pagamento de bolsistas e estagiários, além da apresentação de notas fiscais com data de emissão posterior à data de vigência do convênio e ainda o fornecimento de passagens aéreas sem disponibilização dos processos licitatórios;

1.8. Determinar ao Centro Gestor e Operacional do sistema de proteção à Amazônia - Censipam, com fulcro no art.18 da Lei nº 8.443/92, que apresente nas próximas contas a serem remetidas ao Tribunal indicadores ou parâmetros de gestão de qualidade e produtividade adequadamente aplicados com as características elencadas no item 3 do Anexo II da DN 81/2006;

1.9. Determinar ao Controle Interno que se manifeste nas próximas contas sobre a regularização das impropriedades detectadas no Convênio 003/2004, item 8.3.1.8 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 012/2007.

JUSTIFICATIVAS DA UNIDADE:

1.7.1. No PPA 2004-2007, exercício de 2006, o Programa 0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia – tinha como indicador a “Frequência de Divulgação de Alertas Consolidados de Desmatamento”. Naquele exercício, o indicador não refletia as ações do Censipam.

Na elaboração do PPA 2008-2011, foi proposto um novo indicador para o programa ...

O indicador é uma média ponderada das taxas de satisfação das demandas das atividades de METEOROLOGIA, SENSORIAMENTO REMOTO, e INTELIGÊNCIA, e pretende representar a taxa global de satisfação das demandas dos órgãos parceiros. Varia de 0 a 100, e seu valor representa o percentual de demandas de órgãos parceiros, nas áreas citadas, que puderam ser atendidas pelo programa.

1.7.2., 1.7.3. e 1.7.4. O Censipam tomou e vem tomando medidas ao longo desses últimos dois anos para que tais situações não mais se verificassem. Entendemos que tais medidas foram bem sucedidas, uma vez que tais pendências não mais foram objeto de apreciação dos Relatórios de Auditoria nos anos seguintes a 2006.

Não foram verificados problemas recorrentes em inexigibilidades nos exercícios de 2007 e 2008. A questão dos extintores de incêndio resta regularizada e as pendências apontadas no item 1.7.4. foram regularizadas.

1.8. O Censipam trabalha em parceria com diversos órgãos que utilizam a infraestrutura do Sipam para a geração de conhecimento e informações acerca da Região Amazônica. Visando um melhor acompanhamento desta proposta, o Censipam desenvolveu uma série de indicadores que utilizam a capacidade de atendimento das demandas dos órgãos parceiros, nas atividades caracterizadas como as de maior valor agregado, como medida da integração entre órgãos de governo com atuação na Amazônia, e do provimento de informações integradas.

O indicador do Programa representa uma média aritmética simples das taxas de satisfação das demandas das atividades de meteorologia, sensoriamento remoto, inteligência, varia de 0 a 100, e seu valor representa o percentual de demandas de órgãos parceiros, nas áreas citadas, que puderam ser atendidas pelo Censipam.

[Handwritten signatures and marks]

O Censipam tem como meta, expressa no PPA 2008-2011, atingir taxa média de satisfação de 80% em 2008. Em 2008, o Censipam atingiu taxa média de satisfação de 99,8%.



ANALISE DA EQUIPE:

Consideramos que as providências adotadas pelo Censipam, atendem de maneira satisfatória às recomendações/determinações expedidas pelo TCU, por ocasião do julgamento das contas do exercício 2006.

Acórdão 294/2008 – Plenário

(...)

9.3 determinar ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM que:

9.3.1. adote, com fundamento nos arts. 71, IX, da Constituição Federal e 45, da Lei 8.443/92, c/c o art. 251, do Regimento Interno/TCU, no prazo de quinze dias, as providências necessárias à anulação do ato que inabilitou a empresa PPA Comercial Climática Engenharia Ltda. do Pregão Eletrônico 24/2007, bem como dos demais atos dele decorrentes;

9.3.2. após cumprir a determinação contida no subitem 9.3.1. acima, caso julgue conveniente e oportuno, dê continuidade aos procedimentos atinentes ao Pregão 24/2007, nas mesmas condições em que o certame se encontrava antes da desclassificação da empresa PPA Comercial Climática Engenharia Ltda.;

9.3.3. atente para a correta aplicação do critério de inexequibilidade das propostas previsto no art. 48, II e § 1º, da Lei 8.666/93, sem prejuízo de permitir que as licitantes demonstrem a exequibilidade de suas propostas de preços;

(...)"

MANIFESTAÇÃO DO CENSIPAM:

O CENSIPAM apresentou o Ofício nº 210-2008/DIRAF/CENSIPAM, de 4/4/2008, endereçado ao TCU, informando, além do retorno à fase de aceitação da proposta, das diversas ocorrências que resultaram na contratação da empresa CETEST MINAS.

ANÁLISE DA EQUIPE:

O CENSIPAM acatou à determinação do TCU, promovendo a revisão do processo de licitação.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA**

TIPO DE AUDITORIA : Auditoria de Gestão
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO : 00012.000343/2009-81
UNIDADE AUDITADA : Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.
CÓDIGO UG : 110197
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO Nº : 18/2009

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2008 a 31Dez2008, tendo sido avaliados os resultados quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades, bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria. Os gestores citados no Relatório estão relacionados nas folhas 2 a 10, deste processo.


3. Em nossa opinião, diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 18/2009, as certificações aplicadas aos gestores são as seguintes:

3.1. Regulares com Ressalvas:

3.1.1. CPF Nº: 592.612.500-68 – Fatos que justificam a certificação:
- Impropriedades no processo de inexigibilidade nº 00012.001172/2008-27

3.2. Regulares para os demais gestores responsáveis.

Brasília, 10 de junho de 2009


JOSÉ LUIS SERAFINI BOLL
Coordenador-Geral de Auditoria



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA**

TIPO DE AUDITORIA : Auditoria de Gestão
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO : 00012.000343/2009-81
UNIDADE AUDITADA : Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.
CÓDIGO UG : 110197
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO Nº : 18/2009

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

Em atendimento às determinações contidas no art.9º, inciso III da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e art. 13º, inciso VII da IN/TCU/N.º 57/2008, fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, que certificou as contas dos gestores no período de 01/01 a 31/12/2008 como REGULARES COM RESSALVA e REGULARES.

2. As questões objeto de ressalvas foram levadas ao conhecimento dos gestores responsáveis, para manifestação, conforme determina a Portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, que aprovou a Norma de Execução nº 03, de 19 de dezembro de 2008, e estão relacionadas em tópico próprio do Certificado de Auditoria. As manifestações dos Gestores sobre referidas questões constam do Relatório de Auditoria.

3. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 10 de junho de 2009.


JERRI COELHO
Secretário de Controle Interno



PROCESSO Nº : 00012.000343/2009-81

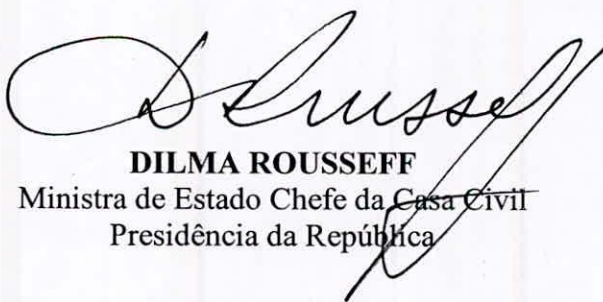
REFERÊNCIA : Tomada de Contas Anual do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM

**PRONUNCIAMENTO DE QUE TRATAM, RESPECTIVAMENTE,
OS ARTIGOS 82 DO DECRETO-LEI Nº 200/67 E 52 DA LEI Nº 8.443/92**

Na forma prevista nos artigos 82 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, atesto haver tomado conhecimento do Relatório, do Certificado de Auditoria e dos demais pareceres emitidos no âmbito da Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República sobre as contas em referência.

2. Submeta-se o processo ao julgamento do Egrégio Tribunal de Contas da União, na forma dos preceitos constitucionais e legais vigentes.
3. À Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República, para a adoção das providências complementares.

Brasília, 30 de junho de 2009.



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
Presidência da República